

Ministros confiam na aprovação de programa

Economia - Brasil

O presidente em exercício, Itamar Franco, poderá dar o sinal verde de hoje para a execução do programa econômico de curto prazo do seu governo. Os ministros da Fazenda, Gustavo Krause, e do Planejamento, Paulo Haddad, discutem à tarde com o presidente as "Diretrizes para a estabilização da economia e a retomada do crescimento econômico". O documento de 60 páginas relaciona os problemas conjunturais e estruturais da economia brasileira, que poderá chegar ao final do próximo ano com uma inflação na casa dos 13%, esperam os ministros.

O programa econômico idealizado pelos ministros defende uma ação articulada de todos os instrumentos que o governo dispõe, neste momento, para estabilizar a economia. O ajuste fiscal, em discussão no Congresso, será o divisor de águas ao lado da definição das medidas para a solução dos problemas estruturais do país. Haddad e Krause acreditam que sem o equacionamento dos elevados déficits da Previdência Social, FGTS, FCVS ou mesmo do exorbitante endividamento do setor público, superior a US\$ 93 bilhões, "governo algum poderá alimentar esperança de controlar a inflação e recolocar o país

na trilha do crescimento".

Os ministros esperam que o presidente Itamar Franco aprove o programa de curto prazo ainda amanhã (27). O documento não relaciona medidas específicas, mas as diretrizes do governo para a estabilização da economia. "As medidas ficarão para uma segunda etapa", ponderava ontem um dos assessores que participou da elaboração do plano. As diretrizes, no entanto, signalizam para o combate à inflação articulado com a retomada do crescimento econômico, a partir da adoção de programas sociais que amenizem os efeitos da recessão.

Haddad e Krause discutirão com o presidente Itamar Franco a reafirmação da política monetária (com taxas de juros acima da inflação) e uma política cambial que privilegie as exportações. Os problemas estruturais serão enfrentados de comum acordo com o Congresso: os ministros querem discutir com os parlamentares a independência do Banco Central e a reformulação do Sistema Financeiro da Habitação. A proposta é subsidiar a construção de habitação para a população de baixa renda e criar programas para reativar o setor de construção civil para atender, também, a classe média.